



Casa do Povo de Rabo de Peixe

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício de 2022

Março de 2023



Índice

Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022

- Balanço em 31 de Dezembro de 2022.....4
- Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 2022.....5
- Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2022 6

Anexo

1. Nota introdutória.....	7
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	9
3. Principais políticas contabilísticas.....	9
4. Ativos fixos tangíveis.....	15
5. Ativos intangíveis.....	16
6. Diferimentos.....	16
7. Caixa e depósitos bancários.....	17
8. Capital subscrito (Fundo Social).....	17
9. Resultados transitados.....	17
10. Ajustamentos/Outras variações no capital próprio.....	18
11. Resultado líquido do período.....	18
12. Fornecedores.....	18
13. Estado e outros entes públicos.....	18
14. Outras dívidas a pagar.....	19
15. Vendas e prestações de serviços.....	19
16. Subsídios à exploração.....	19
17. Custo da mercadoria vendida e das matérias consumidas.....	20
18. Fornecimentos e serviços externos.....	20
19. Gastos com o pessoal.....	21
20. Outros rendimentos.....	21
21. Outros gastos.....	21
22. Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	22
23. Eventos subsequentes.....	22
24. Informações exigidas por diplomas legais.....	22



Demonstrações Financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022



Casa do Povo de Rabo de Peixe
Balço em 31 de Dezembro de 2022

(Valores expressos em euros)

	<u>Notas</u>	<u>31.Dez.22</u>	<u>31.Dez.21</u>
Ativo			
Ativos fixos tangíveis	4	3 693 635,89	3 936 957,20
Ativos intangíveis	5	2 385,61	-
Total dos Ativos Não Correntes		3 696 021,50	3 936 957,20
Diferimentos	6	4 442,55	-
Caixa e depósitos bancários	7	452 899,76	376 045,00
Total dos Ativos Correntes		457 342,31	376 045,00
		<u>4 153 363,81</u>	<u>4 313 002,20</u>
Capital Próprio			
Capital subscrito (Fundo Social)	8	68 942,55	68 942,55
Resultados transitados	9	(426 302,34)	(521 927,26)
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio	10	4 141 848,87	4 434 166,20
Resultado líquido do período	11	203 963,66	95 624,92
Total do Capital Próprio		3 988 452,74	4 076 806,41
Passivo			
Total dos Passivos Não Correntes		-	-
Fornecedores	12	45 531,15	16 080,39
Estado e outros entes públicos	13	32 735,48	35 654,81
Outras dívidas a pagar	14	86 644,44	184 460,59
Total dos Passivos Correntes		164 911,07	236 195,79
Total do Passivo		164 911,07	236 195,79
		<u>4 153 363,81</u>	<u>4 313 002,20</u>

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Rabo de Peixe, Março de 2023

O CONSELHO FISCAL

José Urbano Vieira Mendes
20/03/2023

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL

Maria do Carmo Gonçalves

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO

Carlos António Sousa Brito
Carlos
Helder
Paulo Vieira
José Carlos Loureiro



Casa do Povo de Rabo de Peixe
Demonstração dos Resultados
Período findo em 31 de Dezembro de 2022
(Valores expressos em euros)

	Notas	2022	2021
Vendas e serviços prestados	15	419 106,57	406 660,28
Subsídios à exploração	16	1 665 275,62	1 490 891,06
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	17	(145 010,48)	(129 114,47)
Fornecimentos e serviços externos	18	(215 058,15)	(187 554,19)
Gastos com o pessoal	19	(1 532 893,44)	(1 483 874,94)
Outros rendimentos	20	292 317,33	295 728,39
Outros gastos	21	(211,26)	(394,18)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		483 526,19	392 341,95
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	22	(279 562,53)	(296 717,03)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		203 963,66	95 624,92
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados		-	-
Resultado antes de impostos		203 963,66	95 624,92
Imposto sobre o rendimento do período	23	-	-
Resultado líquido do período	11	203 963,66	95 624,92

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Rabo de Peixe, Março de 2023

O CONSELHO FISCAL

José Urbano Simões
José Fernando
[assinatura]

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL

Maria do Rosário Gonçalves Stele

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO

Carlos António Sousa Brito
Carlos Pinto
Helder
Paulo Vieira
José Carlos Moreira Pereira



Casa do Povo de Rabo de Peixe
Demonstração dos Fluxos de Caixa
Período findo em 31 de Dezembro de 2022

(Valores expressos em euros)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Recebimentos de clientes	2 068 345,22	1 897 551,34
Pagamentos a fornecedores	(368 201,75)	(315 951,34)
Pagamentos ao pessoal	(1 152 583,36)	(1 475 313,79)
Caixa gerada pelas operações	<u>547 560,11</u>	<u>106 286,21</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-	-
Outros recebimentos/pagamentos	(432 630,41)	(188,42)
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)	<u>114 929,70</u>	<u>106 097,79</u>
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(38 074,94)	(1 688,43)
Ativos intangíveis	-	-
Investimentos financeiros	-	-
Outros ativos	-	-
	<u>(38 074,94)</u>	<u>(1 688,43)</u>
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	-	-
Ativos intangíveis	-	-
Investimentos financeiros	-	-
Outros ativos	-	7 474,86
Subsídios ao investimento	-	-
Juros e rendimentos similares	-	-
Dividendos	-	-
	<u>-</u>	<u>7 474,86</u>
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)	<u>(38 074,94)</u>	<u>5 786,43</u>
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	-	26 353,97
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-
Cobertura de prejuízos	-	-
Doações	-	-
Outras operações de financiamento	-	-
	<u>-</u>	<u>26 353,97</u>
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-	-
Juros e gastos similares	-	-
Dividendos	-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-
Outras operações de financiamento	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)	<u>-</u>	<u>26 353,97</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	<u>76 854,76</u>	<u>138 238,19</u>
Efeito das diferenças de câmbio	<u>-</u>	<u>-</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período	<u>376 045,00</u>	<u>237 806,81</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	<u>452 899,76</u>	<u>376 045,00</u>

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Rabo de Peixe, Março de 2023

O CONSELHO FISCAL

António Luís Mendes
ou *José Manuel*

A DIREÇÃO

Carlos António Sousa Antunes
Carla Mendes



CASA DO POVO DE RABO DE PEIXE

**Anexo às Demonstrações Financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022**

(Valores expressos em euros)

1. Nota introdutória

A Casa do Povo de Rabo de Peixe é uma associação com a natureza jurídica de associação de direito privado e de utilidade pública, possui o número de identificação de pessoa coletiva 512 009 139 com sede na Rua da Eira, s/n, código postal 9600-140 Rabo de Peixe. A associação iniciou a sua atividade em 02-12-1977.

Nos termos da redação do artigo único do Decreto-Lei n.º 171/98 de 25 de Junho, A Casa do Povo de Rabo de Peixe pelas atividades desenvolvidas de apoio social, encontra-se integrada no regime jurídico de isenções fiscais concedidas às Instituições Particulares de Solidariedade Social.



A referida Instituição encontra-se isenta de "IRC" no termos da alínea b) do n° 1 do artigo 10° do Código do Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo artigo 1° do Decreto-Lei N° 442-B/88 de 30 de Novembro, republicado pela Lei n° 2/2014 de 16 de Janeiro.

A Casa do Povo de Rabo de Peixe, está isenta de IVA, nos termos do n° 7 do artigo 9° do Código do IVA.

A referida Instituição está dispensada das formalidades de emissão e registo de faturas nos termos das disposições do n° 20 do artigo 29° do Código do IVA, aprovado pelo Decreto-Lei n° 394-B/84 de 26 de dezembro.

A Casa do Povo de Rabo de Peixe, apresenta um quadro geral de pessoal em funções efetivas constituído pelas seguintes categorias profissionais:

Categoria Profissional	Qt
Agente Ocupação	1
Ajudante Educação	35
Chefe Secção	1
Cozinheira	6
Director Técnico	1
Educadora de Infância	6
Empregado Cozinha	3
Enfermeiro	1
Escriturário	4
Motorista Ligeiros	1
Psicólogo	1
Tecnico Serviço Social	1
Trab. Aux Serv Gerais	16
Trab. Aux. Apoio Idoso	19
Professor	1

As remunerações do pessoal encontram-se reguladas pelas disposições gerais da Convenção Coletiva de Trabalho aprovada para os trabalhadores das Instituições Particulares de Solidariedade Social.



2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Regime de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL), que se insere no Sistema de Normalização Contabilística (SNC), e baseadas na estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF - ESNL) e normas interpretativas (NI) que fazem parte integrante do SNC - ESNL. Sempre que o SNC - ESNL não responda a aspetos particulares de transações ou situações, que se coloquem em matéria de contabilização ou de relato financeiro, recorrer-se-á supletivamente, em primeiro lugar, ao SNC e demais legislação complementar, às normas internacionais de contabilidade (NIC), adotadas na União Europeia e, depois, às normas internacionais de contabilidade (IAS) e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

a) Bases de mensuração e apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Casa do Povo de Rabo de Peixe, mantidas de acordo com as NCRF-ESNL em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário. As transações em moedas diferentes do euro são convertidas utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais efetivas e as resultantes da conversão pela taxa de câmbio à data do relato são reconhecidas na demonstração dos resultados, na rubrica de gastos e rendimentos operacionais, exceto se não estiverem relacionadas com operações de financiamento.



b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis para uso administrativo, encontram-se mensurados ao custo, deduzidas das depreciações e eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método de quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado.

Os dispêndios subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil dos ativos são reconhecidos no custo do ativo, enquanto as despesas com reparações e manutenção que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são reconhecidos como gastos do período em que são incorridas.

As taxas de depreciação correspondem às vidas úteis estimadas que variam entre de 3 a 10 anos.

As vidas úteis e o método de depreciação dos ativos fixos tangíveis são periodicamente revistos. O efeito de alguma alteração a essas estimativas contabilísticas é reconhecido prospectivamente nas demonstrações financeiras.

Os ganhos ou perdas resultantes da alienação ou abate dos ativos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados no período em que ocorrem.

c) Imparidades de ativos fixos tangíveis

As quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Casa do Povo de Rabo de Peixe são periodicamente revistas para se determinar eventuais imparidades em relação a quantia recuperável dos respetivos ativos e, sempre que for inferior é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão de perdas por imparidade determinadas em anos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.



d) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros, que são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando a Casa do Povo de Rabo de Peixe se torna parte das correspondentes disposições contratuais, estão mensurados ao custo ou ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

e) Créditos a receber e outros ativos correntes

As rubricas de Créditos a receber e outros ativos correntes são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de qualquer perda de imparidade, quando existir evidência objetiva de que determinadas transações não serão recuperáveis de acordo com as condições contratuais.

f) Imparidade de ativos financeiros

As quantias escrituradas dos ativos financeiros são sujeitas anualmente a testes de imparidade para determinar se existe evidência objetiva de que os seus fluxos de caixa futuros estimados desses ativos serão, ou não, afetados. As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas e subsequentemente serão também revertidas por resultados, caso essa diminuição possa ser objetivamente relacionada com situações que tiveram lugar após o seu reconhecimento.

g) Fornecedores e outras dívidas a pagar

As rubricas de Fornecedores e outras dívidas a pagar são inicialmente reconhecidas ao justo valor e são subsequentemente apresentadas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

As outras dívidas a pagar são classificadas no passivo corrente, exceto se a liquidação for diferida, pelo menos, 12 meses após o Balanço.



h) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos que não vencem juros são inicialmente reconhecidos ao justo valor e são subsequentemente apresentados ao custo amortizado, sendo a diferença reconhecida em relação valor nominal reconhecida na demonstração de resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a liquidação for diferida, pelo menos, 12 meses após a data de relato.

i) Caixa e equivalentes de caixa

Correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria a curto prazo (3 meses) que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco não significativo de alterações de valor.

j) Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras. Os ativos contingentes são divulgados quando é provável a existência de benefícios económicos futuros.

Os passivos contingentes são divulgados no anexo, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporem benefícios económicos, e são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas respetivas demonstrações financeiras.

k) Provisões

As provisões são reconhecidas quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que a sua liquidação da obrigação venha a ser exigida e (iii) for fiável estimar o montante da obrigação. As provisões são periodicamente revistas e ajustadas para refletirem a melhor estimativa.



Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade da sua existência seja provável e não seja remota.

l) Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido na demonstração dos resultados no período em que foi prestado e que possa ser fiavelmente mensurado.

m) Subsídios

As participações financeiras do Governo Regional e de terceiros atribuídas, a fundo perdido, são reconhecidos pelo seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Casa do Povo de Rabo de Peixe cumpre com todas as condições contratualmente assumidas.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis registados inicialmente em capital próprio e subsequentemente reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos assim financiados.

Os subsídios à exploração não reembolsáveis são reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período

n) Principais estimativas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existente à data de aprovação das demonstrações financeira e tendo em consideração que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.



A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas adotar, com impacto significativo no valor dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Direção e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

o) Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos que ocorram após a data do balanço que proporcionem prova de condições que existiam nessa data dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras e aqueles que sejam indicativos de condições que surgiram após essa data não darão lugar a ajustamentos, mas serão divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente significativos.

As políticas contabilísticas utilizadas durante o ano de 2021 não sofreram quaisquer alterações em relação às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2020, apresentada para efeitos comparativos e, também, não foram registados erros materiais relativos a exercícios anteriores.



4. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos exercícios de 2022 e de 2021, foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2021						
	Saldo em 01-Jan-21	Aquisições / Dotações	Alienações	Transf./Reg.	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-21
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	6 810 610,13	-	-	-	-	6 810 610,13
Equipamento básico	511 967,47	553,95	-	-	-	512 521,42
Equipamento de transporte	133 674,67	-	-	-	-	133 674,67
Equipamento administrativo	78 385,32	1 134,48	-	-	-	79 519,80
Outros ativos fixos tangíveis	1 543,28	-	-	-	-	1 543,28
	<u>7 536 180,87</u>	<u>1 688,43</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7 537 869,30</u>
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	2 381 866,56	273 186,32	-	-	-	2 655 052,88
Equipamento básico	492 623,06	17 911,32	-	-	-	510 534,38
Equipamento de transporte	351 383,50	4 484,91	-	-	-	355 868,41
Equipamento administrativo	76 778,67	1 134,48	-	-	-	77 913,15
Outros ativos fixos tangíveis	1 543,28	-	-	-	-	1 543,28
	<u>3 304 195,07</u>	<u>296 717,03</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3 600 912,10</u>
						<u>3 936 957,20</u>

31 de Dezembro de 2022						
	Saldo em 01-Jan-22	Aquisições / Dotações	Alienações	Transf./Reg.	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-22
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	6 810 610,13	5 278,93	-	-	-	6 815 889,06
Equipamento básico	512 521,42	29 956,13	-	-	-	542 477,55
Equipamento de transporte	133 674,67	-	-	-	-	133 674,67
Equipamento administrativo	79 519,80	707,99	-	-	-	80 227,79
Outros ativos fixos tangíveis	1 543,28	-	-	-	-	1 543,28
	<u>7 537 869,30</u>	<u>35 943,05</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7 573 812,35</u>
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	2 655 052,88	273 919,84	-	-	-	2 928 972,72
Equipamento básico	510 534,38	3 029,88	-	-	-	513 564,26
Equipamento de transporte	355 868,41	-	-	-	-	355 868,41
Equipamento administrativo	77 913,15	2 314,64	-	-	-	80 227,79
Outros ativos fixos tangíveis	1 543,28	-	-	-	-	1 543,28
	<u>3 600 912,10</u>	<u>279 264,36</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3 880 176,46</u>
						<u>3 693 635,89</u>